



Banco Central estuda o fim do crédito rotativo do cartão de crédito

Degradação as margens da rodovia amazônica é preocupante

Página 6

Após queda da Selic, confiança da indústria cresce, diz CNI

Página 3

Jovens da Capital contam com 5 mil vagas para qualificação profissional com bolsa de R\$ 683

A Prefeitura de São Paulo abre inscrições entre os dias 10 e 22 de agosto para 5 mil vagas do programa Bolsa Jovem. Voltado a estudantes com idades entre 16 e 20 anos, a iniciativa tem como objetivo evitar a evasão escolar e preparar essas pessoas para o primeiro emprego ou recolocação profissional. Os selecionados irão contar com uma bolsa-auxílio mensal no valor de R\$ 683,10. Para participar é necessário ser aluno de escola pública na Capital, no nível médio, incluindo EJA e CIEJA - Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos. As inscrições on-line podem ser feitas pelo Portal Cate e durante a Semana Municipal das Juventudes, no dia 11 de agosto, em unidades móveis do Cate – Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo.

Os selecionados poderão contar com formação gratuita em Administração e Negócios Sustentáveis, Tecnologia e Economia Criativa. As aulas ocorrerão pelo Portal Cate, durante seis meses, a partir de setembro. Os participantes terão contato ainda com conteúdo da área de administração de empresas, empreendedorismo, agricultura urbana, economia criativa, planejamento de futuro, algoritmos, UX, mercado de games, além de outros temas para promover o protagonismo de jovens na cidade de São Paulo e fomentar novas competências para o Futuro do Trabalho.

As aulas on-line são auto instrucional, em que o aluno faz a própria gestão, podendo rever as atividades gravadas, quantas vezes necessitar. Os estudantes receberão uma senha exclusiva da plataforma para ser direcionado ao ambiente do curso, que contará com módulos liberados periodicamente.

O pagamento da bolsa-auxílio no valor de R\$ 683,10, será condicionado à comprovação de pelo menos 85% de frequência nas atividades oferecidas pelo projeto.

O Bolsa Jovem faz parte do programa Bolsa Trabalho da Prefeitura de São Paulo e tem entre as exigências de participação estar desempregado, sem receber benefícios como seguro-desemprego, pertencer a famílias com renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo e residir no município de São Paulo. O programa Bolsa Jovem ainda apresenta iniciativa inclusiva ofertando vagas destinadas a jovens autodeclarados LGBTQIA+, com deficiência e jovens imigrantes e/ou refugiados.

Governo de SP assina contrato para conclusão total do Rodoanel



Foto: Governo do Estado de SP/Divulgação

Página 2

Esporte

Prazo do Shiseido Tahiti Pro nos tubos de Teahupo'o começa nesta sexta-feira

O prazo do Shiseido Tahiti Pro apresentado por Outerknown começa nesta sexta-feira e tem até o dia 20 para fechar a temporada regular do World Surf League (WSL) Championship Tour (CT) 2023. O desafio nos perigosos tubos de Teahupo'o, irá definir as três últimas vagas para a decisão dos títulos mundiais no Rip Curl WSL Finals. Além disso, pode confirmar mais classificações para os Jogos Olímpicos de Paris 2024, nas mesmas ondas onde serão disputadas as medalhas do surfe. A primeira chamada da sexta-feira será às 7h00 no Taiti, 14h00 no fuso horário de Brasília, com a competição sendo transmitida ao vivo pelo Sportv e WorldSurfLeague.com. Teahupo'o é a onda mais desafiadora do WSL Championship Tour e a sua perigosa bancada já provocou uma baixa importante. O vice-líder do ranking, Ethan Ewing, cancelou sua participação depois de cair de costas durante uma sessão de treinos em Teahupo'o. Com isso, mais um taitiano ganhou a chance de enfrentar os melhores do mundo, Mihimana Braye. Outro que entrou foi Kauli Vaast, vice-campeão na final do ano passado contra Miguel Pupo, que não vai defender o título esse ano por ter saído da elite no corte do meio da temporada.

Ele vai substituir o campeão mundial Italo Ferreira, que ainda se recupera da lesão no joelho sofrida na etapa passada, na África do Sul.

O primeiro medalha de ouro da história do surfe nas Olimpíadas, era um dos sete surfistas com chances matemáticas de brigar pelas duas últimas vagas no grupo dos top-5, que ainda restam definir no ranking masculino. No momento, elas estão sendo ocupadas pelos brasileiros João Chianca em quarto lugar e Yago Dora em quinto, seguido de perto por Gabriel Medina na sexta posição. Ou seja, o vice-campeão mundial de 2022, Italo Ferreira, fica fora dessa disputa e também dos Jogos de Paris 2024. A outra vaga nos top-5 ainda ameaçada, é a da norte-americana Caitlin Simmers.

O ranking da World Surf League indica 10 homens e 8 mulheres para as Olimpíadas da França, com o limite de 2 surfistas de cada país. Caso 3 ou mais atletas da mesma nacionalidade terminem entre os top-5, ou entre as top-5, após o término do Shiseido Tahiti Pro, as vagas serão decididas no Rip Curl WSL Finals, no sistema mata-mata utilizado para definir os títulos mundiais da temporada. Essa batalha vai acontecer no melhor dia de ondas em Lower Trestles, no período de 8 a 16 de setembro na Califórnia.

No momento, isso está acontecendo no ranking masculino



Foto: @WSL / Kelly Cestari

Gabriel Medina é um dos melhores do mundo nos tubos de Teahupo'o

com três brasileiros entre os cinco primeiros colocados e no feminino com três representantes dos Estados Unidos. O atual campeão mundial, Filipe Toledo, já está garantido no grupo dos top-5 e nas Olimpíadas também. Assim como o australiano Ethan Ewing e o norte-americano Griffin Colapinto. Filipe já confirma o primeiro lugar no ranking se passar uma bateria em Teahupo'o, ou se Griffin não vencer o Shiseido Tahiti Pro. Ele vai estreiar no quarto confronto da primeira fase, com o australiano Liam O'Brien e o taitiano vencedor da triagem, Matahi Drollet.

WSL FINALS - O campeonato já vai começar com a disputa pelas duas últimas vagas nos top-5, pois João Chianca e Yago Dora estão escalados nas primeiras baterias. Nesta rodada inici-

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou, na quinta-feira (10), que a autarquia estuda o fim do crédito rotativo de cartão de crédito. Essa é uma das modalidades de crédito mais caras do mercado, com juros que chegaram a 437,3% ao ano em junho.

Campos Netos participou na quarta-feira, de uma sessão plenária no Senado Federal para explicar decisões de política monetária e estabilidade financeira tomadas pelo BC no semestre anterior.

O rotativo é aquele crédito contratado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão e dura 30 dias. Após os 30 dias, as instituições financeiras parcelam a dívida. No caso do cartão de crédito parcelado, os juros ficaram em 196,1% ao ano em junho.

Campos Neto disse que, em até 90 dias, o BC deve apresentar uma solução para o "grande problema" que é o cartão de crédito. E a solução que está se encaminhando é o fim do rotativo, com o crédito indo direto para o parcelamento, com uma taxa ao redor de 9% ao mês.

"Ou seja, extingue-se o rotativo, quem não paga o cartão vai direto para o parcelamento ao redor de 9%. E que a gente crie algum tipo de tarifa para desincentivar esse parcelamento sem juros tão longos. Não é proibir o parcelamento sem juros, é simplesmente tentar fazer com que eles fiquem um pouco mais disciplinados, numa forma bem faseada, para não afetar o consumo". Campos Neto ressalta que cartão de crédito hoje representa 40% do consumo no Brasil.

Página 3

Governo abre crédito suplementar de mais de R\$ 1,1 bilhão

Página 4

Redes sociais devem enviar postagens de Bolsonaro à PGR, decide Moraes

Página 6

Governo de SP assina contrato para conclusão total do Rodoanel

Meio Ambiente de São Paulo abre vagas para formação de monitores

A Fundação Florestal, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (Semil), anuncia a abertura de 3 mil vagas para o Processo de Formação de Monitores Ambientais Autônomos. O curso é gratuito e será realizado em formato híbrido, com etapas online e presencial, englobando 57 Unidades de Conservação (UC). Dividido em duas fases: geral (sendo a única etapa online) e específica da UC e atividades de campo, seu objetivo é capacitar profissionais para a condução responsável de visitantes em atrativos turísticos dentro dos parques estaduais, uma vez que a formação é requisito obrigatório para obtenção do cadastro e autorização para atuação como monitor dentro das UCs. As inscrições ficarão abertas até o dia 9 de setembro. Para participar, basta preencher o formulário no site: www.fflorestal.sp.gov.br/formacao-de-monitores-ambientais-autonomos

CESAR
NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Cristão e vereador, André Santos (presidente municipal - Republicanos) terá importância fundamental entre seu partido e o MDB do prefeito Nunes, candidato à reeleição 2024

PREFEITURA (São Paulo)

Cristão católico Ricardo Nunes (MDB) segue fazendo o que já fazia quando era vereador. Dormindo pouco, ouvindo tudo e refletindo sobre quem é quem, agora no Poder Executivo

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Cristã (Assembleia de Deus do original ministério Belém - desde 1911), a deputada Marta Costa (PSD) será mais que decisiva na possível reeleição da irmã, a vereadora Rute Costa

GOVERNO (Brasil)

Cristão católico, Tarcísio Freitas (Republicanos) trabalhou no Congresso e aprendeu que, assim como no Senado os governadores podem mudar de partido sem perder as cadeiras

CONGRESSO (Brasil)

Cristãos, católicos e protestantes, tem no Senado e na Câmara Deputados suas tribunas, pra honrar - com inteligência espiritual - ao Único e Verdadeiro D E U S e ao Cristo Jesus

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Cristãs protestantes, como a esposa do ex-presidente Bolsonaro (sócio preferencial do Partido Liberal) têm que dar todos os exemplos, o tempo todo, do que é ter Caráter Cristão

PARTIDOS (Brasil)

Os cristãos e as cristãs que estão na política - do mundo - precisam tomar todos os cuidados pra não se tornarem instrumentos de quem conhece bem nossas vaidades e fraquezas

JUSTIÇAS (Brasil)

Cristão protestante e ministro (Supremo), André Mendonça precisará servir - agora mais que nunca - ao Único e Verdadeiro D E U S e ao Espírito Santo, que Age pelo Cristo Jesus

ANO 31

O jornalista Cesar Neto é editor da coluna [diária] de política - **cesarneto.com** - desde 1993. Recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (SP) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP), por ter se tornado referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

O governador Tarcísio de Freitas autorizou a assinatura do contrato de concessão do Rodoanel Norte, na modalidade parceria público-privada (PPP), após o leilão em março. O governador Tarcísio de Freitas autorizou na quarta-feira (9) a assinatura do contrato de concessão do Rodoanel Norte, na modalidade parceria público-privada (PPP), após leilão em março. Ganhadora do certame, a Via Appia FIP Infraestrutura será responsável pelo término do empreendimento orçado em R\$ 3,4 bilhões, além da manutenção e operação do trecho por prazo de 31 anos. A entrega que conclui totalmente o anel viário da Grande São Paulo está prevista para o segundo semestre de 2026, com geração de 15 mil empregos. “É um momento importante e finalmente damos os próximos

passos para cumprir um compromisso que é a conclusão do Rodoanel que, com certeza, vai atender muito ao estado de São Paulo. É um empreendimento extremamente importante e relevante e que vai mobilizar muito capital, investimentos, obras e gerar muito emprego. Mas, sobretudo, vai facilitar muito a logística nos próximos anos”, afirmou Tarcísio. A assinatura do contrato contou também com a participação dos secretários estaduais Rafael Benini (Parcerias em Investimentos) e Natália Resende (Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística), do diretor-geral da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), Milton Persoli, e de executivos da ViaAppia. O consórcio vencedor ficará responsável por investir R\$ 2

bilhões para a finalização das obras, além de mais R\$ 324 milhões para a implantação de projetos auxiliares. No segundo critério de classificação, que foi o desconto do aporte do Governo de São Paulo, houve abatimento de 23,10%, restando uma subvenção estimada de R\$ 1,07 bilhão para o Estado. A partir da assinatura do contrato, em um mês haverá a assinatura do Termo de Transferência Inicial e o subsequente início de prazos para execução de obras. A concessionária terá um período de pré-construção, de até um ano, para concluir todos os levantamentos necessários para reassumir as obras. A verificação vai abranger trechos sem conclusão de serviços e condições dos segmentos já executados para detalhar o que precisará ser feito ou

recuperado, entre outros dados técnicos. As informações serão empregadas nos projetos executivos das intervenções até a entrega de todo o Rodoanel Norte, no segundo semestre de 2026. “O Rodoanel Norte é o segundo projeto que assinamos dentro do PPI [Programa de Parcerias de Investimentos] e o primeiro projeto inteiramente de free flow, que é um programa que a gente pretende implantar para o estado inteiro. A previsão é de um ano de projeto e dois de obras, mas já estamos conversando com a concessionária para antecipar o máximo possível as obras”, declarou o secretário Rafael Benini. Além disso, haverá investimento de R\$ 1,8 bilhão ao longo da concessão para operação e manutenção da via. A supervisão ficará a cargo da Artesp.

HUB de Cuidados em Crack se consolida: 7.500 atendimentos e 6 mil pessoas em tratamento

O Hub Cuidados em Crack e Outras Drogas do Governo de São Paulo completou quatro meses de funcionamento no dia 06 de agosto. Neste período, foram realizados 7.543 atendimentos. Deste total, 6.189 pacientes passaram pelas triagens para avaliação psicossocial e definição de demandas para serem encaminhados para serviços de saúde e assistência. A avaliação dos pacientes triados nesse período revela que a maior parte não enfrenta somente transtornos aditivos e suas comorbidades, mas também vive em meio a um quadro de vulnerabilidade social importante, com 70% em situação de rua e 56% afirmando frequentar a crackolândia. Grande parte dos pacientes que buscam o Hub são homens (88%) com idade média de 37 anos. O uso de crack continua sendo o principal motivo da busca por tratamento, porém o consumo de canabinóides sintéticos

(K9, K2 ou Spice) foi indicado por 16% dos pacientes. A proporção de usuários da droga chegou a 19% em junho. Durante esses quatro meses, foram realizados 3.189 encaminhamentos de pacientes para internação. Desse total, 1.888 foram encaminhados do Hub para a realização de tratamento em hospitais especializados e 1.301 foram encaminhados para Comunidades Terapêuticas. O Hub de Cuidados em Crack e Outras Drogas possui duas frentes de tratamento. A primeira e principal é o pronto atendimento — a entrada de urgência e emergência — para pessoas que apresentam quadros agudos de dependência química, atendendo prioritariamente usuários da Crackolândia na região central da cidade. Essas pessoas passam por uma avaliação clínica e multidisciplinar e quando necessário são encaminhadas para um tratamento individualizado, de acordo com o perfil

de cada usuário e seu grau de dependência química. A segunda frente de tratamento é o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas que recebe pessoas já com quadros estabilizados de dependência química com o objetivo de ajudar processo de reinserção social e recuperação do quadro da dependência química. Durante esses quatro meses, o CAPS do HUB prestou 8.299 atendimentos ambulatoriais, mantendo 575 pacientes fixos nessa modalidade de tratamento. Fernando, nome fictício, é um dos deles. Em junho, após quase 20 anos no vício em álcool, cocaína e crack, ele decidiu procurar por ajuda. Foi sozinho ao HUB e foi encaminhado para internação hospitalar. Ficou três semanas internado e agora está continuando o tratamento no Caps. Ele conta que gosta de ficar no espaço para evitar uma recaída: “Quando eu vejo que eu estou no risco (de ter uma recaída) eu venho para cá e fico aqui. Eu fico aqui assistindo televisão, conversando com os amigos, até dar o horário de ir embora. Isso ajuda a ficar limpo”. O diretor do HUB de Cuidados em Crack e Outras Drogas, Quirino Cordeiro, explica que os pacientes são atendidos por uma equipe multiprofissional. “Eles passam por atividades em grupo, atividades individuais com os seus profissionais sempre com vista ao tratamento mais apropriado a dependência química e com vistas a sua recuperação efetiva”. Ele ressalta a importância de o paciente continuar o acompanhamento: “Para que ele fique longe das drogas, mas também possa se recuperar de maneira efetiva. Para que ele possa voltar para sua família, para que ele possa voltar para a sociedade, ter um emprego e para que ele possa ter uma vida efetivamente autônoma”, explica Quirino Cordeiro.

Convênio de R\$ 156 mi fortalece atendimento no Hospital Santa Marcelina Itaquera

O governador Tarcísio de Freitas anunciou na quinta-feira (10) um convênio anual de R\$ 156 milhões para o Hospital Santa Marcelina Itaquera, fortalecendo ainda mais o atendimento à população da zona Leste da capital. O repasse foi confirmado durante cerimônia em celebração aos 25 anos do primeiro contrato de gestão de unidades públicas por Organizações Sociais de Saúde (OSSs), firmado com o Hospital Santa Marcelina Itaim Paulista. “A gente está muito feliz por assinar esse convênio em que estamos pactuando novas metas com o repasse de recursos. Ou seja, um oxigênio financeiro que está atrelado ao aumento da capacidade de atendimento, sobretudo, nas áreas de oncologia e cardiologia”, afirmou Tarcísio. A cerimônia também reuniu o secretário de estado da Saúde, Eleuses Paiva, diretores do hospital, parlamentares municipais

e estaduais e representantes da comunidade médica. O convênio da unidade de Itaquera será pago mensalmente, em parcelas de R\$ 13 milhões, e encaminhado ao setor de convênios da Secretaria de Estado da Saúde na próxima semana. Já o Hospital Santa Marcelina Itaim Paulista, também na zona Leste paulistana, oferece assistência nas especialidades de saúde mental, saúde adulta e infantil, saúde da mulher, ortopedia e cirurgia. Atendendo a uma população de aproximadamente 400 mil habitantes de 40 bairros, a unidade desempenha um papel importante ao providenciar serviços de pronto atendimento e operar um ambulatório cirúrgico de especialidades. Desde o início do contrato de gestão, em 1998, até o primeiro semestre deste ano, a unidade do Itaim Paulista foi responsável por 91,7 mil par-

tos, 4,6 milhões de atendimentos de pronto-socorro, 950,8 mil consultas ambulatoriais, 19,1 milhões de exames, 122,2 mil cirurgias e 360,2 mil saídas hospitalares. O hospital é reconhecido como uma referência em humanização do atendimento a gestantes, recém-nascidos e aleitamento materno, com aproximadamente 1,3 mil atendimentos mensais relacionados ao ginecologia e obstetrícia. O secretário da Saúde ressaltou o progresso conquistado ao longo dos anos por meio do modelo de parceria. “Nós vamos aumentar em torno de 35 a 40% os atendimentos nas áreas de oncologia e cardiologia na zona leste da cidade. Eu só tenho uma palavra para falar ao time que compõe o Santa Marcelina: obrigada pelo o que fazem pela saúde do Estado, com atendimento respeitoso e humanizado”, afirmou

Eleuses Paiva. Atualmente, 49 hospitais, 63 ambulatorios, 11 unidades da Rede Lucy Montoro e três laboratórios de análises clínicas do Estado são administrados por Organizações Sociais de Saúde. O contrato de gestão com as entidades define metas assistenciais de saúde que os hospitais devem atingir. A gestão estadual tem a responsabilidade da manutenção financeira das unidades e controlar onde e como é investido o dinheiro público. Mensalmente, o Governo de São Paulo recebe prestações de contas das OSSs, com discriminação de gastos e atendimentos. O documento também é analisado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e por uma comissão composta por representantes da Secretaria da Saúde e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), garantindo a transparência do processo.

Museus de SP celebram jornada do patrimônio com ampla programação

Na 9ª edição da Jornada do Patrimônio, o Museu de Arte Sacra de São Paulo promove uma caminhada no bairro da Luz, convidando os participantes a identificarem o patrimônio cultural reconhecido nesse trajeto e conheçam os espaços que fizeram parte do desenvolvimento dessa região. Quais são as memórias que esse patrimônio suscita? Existem histórias que foram apagadas e podem ser recuperadas? Por meio de uma reflexão coletiva, todos esses pontos serão

discutidos a fim de serem estabelecidas conexões com os habitantes da cidade. O Palácio das Indústrias, prédio que abriga o Museu Catavento, é conhecido por ser uma peça fundamental para a história econômica e política da cidade de São Paulo. Para falar das curiosidades e da importância desse prédio para a cidade, o museu apresentará na Jornada do Patrimônio um roteiro guiado, no qual os visitantes poderão conhecer as histórias por trás da arquitetura imponente e os di-

versos usos do Palácio das Indústrias através das décadas. O passeio será realizado nos dias 19 e 20 de agosto, às 10h30 e às 14h30. O Museu da Imigração recebe uma programação especial, no dia 19 de agosto, a partir das 14h, no jardim da instituição, com apresentações da Orquestra Mundana Refugi, com integrantes de diversos países do mundo, e da cantora Fanta Kanotê, natural de Guiné Conacri que estão previstas para a tarde de sábado. Já na Casa Mário de An-

drade, no dia 19 de agosto, das 16h às 18h, o encontro “Patrimônio Paulista: Samba de Bumbo”, abordará a trajetória histórica do samba na cidade de São Paulo, desde as fazendas cafejeiras até as periferias do centro da capital. A atividade também tratará dos grupos tradicionais que realizam a manifestação do samba paulista, assim como a organização do dossiê de registro da manifestação, iniciado em 2019 pelo IPHAN. O evento será acessível na Língua Brasileira de Sinais.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável

Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal

Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Lembre sempre de lavar as mãos

Banco Central estuda o fim do crédito rotativo do cartão de crédito

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campo Neto, afirmou, na quinta-feira (10), que a autarquia estuda o fim do crédito rotativo de cartão de crédito. Essa é uma das modalidades de crédito mais caras do mercado, com juros que chegaram a 437,3% ao ano em junho.

Campos Netos participou na quarta-feira, de uma sessão plenária no Senado Federal para explicar decisões de política monetária e estabilidade financeira tomadas pelo BC no semestre anterior.

O rotativo é aquele crédito contratado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão e dura 30 dias. Após os 30 dias, as instituições financeiras parcelam a dívida. No caso do cartão de crédito parcelado, os juros ficaram em 196,1% ao ano em junho.

Campos Neto disse que, em até 90 dias, o BC deve apresentar uma solução para o “grande problema” que é o cartão de crédito. E a solução que está se encaminhando é o fim do rotativo, com o crédito indo direto para o parcelamento, com uma taxa ao redor de 9% ao mês.

“Ou seja, extingue-se o rotativo, quem não paga o cartão vai direto para o parcelamento ao redor de 9%. E que a gente

crie algum tipo de tarifa para desincentivar esse parcelamento sem juros tão longos. Não é proibir o parcelamento sem juros, é simplesmente tentar fazer com que eles fiquem um pouco mais disciplinados, numa forma mais faseada, para não afetar o consumo”. Campos Neto ressaltou que cartão de crédito hoje representa 40% do consumo no Brasil.

Uma das situações que faz os juros do cartão serem tão altos, segundo o presidente do BC, é a grande utilização do parcelamento de compras por prazos mais longos. Isso aumenta o risco do crédito para as instituições financeiras e, consequentemente, os juros.

“A gente tem um parcelado sem juros, que ajuda muito o comércio, que ajuda muito a atividade, mas que tem aumentado muito o número de parcelas, de três para cinco, para sete, para nove, para onze. Hoje, o prazo médio são 13 parcelas. Então, é como se fizéssemos um financiamento de longo prazo sem juros. A pessoa que toma a decisão de dar os juros não é a mesma que paga pelo risco, isso gera uma assimetria”, explicou Campos Neto.

Facilidades
Além disso, o Brasil teve um grande aumento no número de

cartões nos últimos anos e facilidades de crédito, o que fez crescer a inadimplência na modalidade. “Os bancos, novos entrantes e varejistas acabaram usando o cartão de crédito como um instrumento de fidelizar o cliente. Então, nós saímos de cento e poucos milhões de cartões de crédito para 215 milhões de cartões de crédito num período de dois anos e meio, isso é uma alta bastante grande”, disse. “O resultante disso foi uma inadimplência no rotativo de 52%. Não tem nenhuma inadimplência, nem parecida, em nenhum outro lugar do mundo, que eu tenha olhado, no cartão de crédito”, acrescentou.

Outra solução seria simplesmente limitar os juros de cartão, mas segundo o presidente do BC, isso acarretaria na retirada dos cartões de circulação. “Para as pessoas que têm mais risco os bancos não ofereceriam aquele cartão, devido a uma relação de risco e retorno ineficiente. O problema de cortar o número de cartões é que se sabe como começa, mas não se sabe como termina. Então, isso pode gerar um efeito muito grande na parte de consumo, na parte de varejo”, disse.

Política monetária
Campos Neto afirmou aos

senadores que sua mensagem principal é que, na condução da política monetária, o BC “fez um bom trabalho em termos de pouso suave”, de “trazer a inflação para baixo com o mínimo de custo possível”. Ele destacou que as previsões para o crescimento da economia subiram e que o desemprego vem recuando.

“O que é o pouso suave? É a gente ter conseguido trazer a inflação muito alta para um nível muito mais baixo, com quase nenhum custo ou muito pouco custo, tanto de crescimento, quanto de emprego, quanto de contração de crédito. Quando a gente faz uma comparação relativa, o Brasil atingiu ou está atingindo um pouso suave. É importante mencionar que a gente ainda tem uma luta com a inflação pela frente, mas a gente está atingindo um pouso suave de forma bastante eficiente”, disse.

Diante da forte queda na inflação, na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC reduziu a Selic, a taxa básica de juros, de 13,75% ao ano para 13,25% ao ano. Foi o primeiro corte de juros em três anos. A taxa Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação, de

finida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A última vez em que o BC tinha reduzido a Selic foi em agosto de 2020, quando a taxa caiu de 2,25% para 2% ao ano, em meio à contração econômica gerada pela pandemia de covid-19. Depois disso, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo que começou em março de 2021, em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis, e, a partir de agosto do ano passado, manteve a taxa em 13,75% ao ano por sete vezes seguidas.

A decisão da manutenção da Selic nesse patamar, por esse prazo, vinha sendo motivo de críticas do governo federal e de alguns setores produtivos. Isso porque o aumento da Selic causa reflexos nos preços, encarecem o crédito e estimulam a poupança, o que também pode dificultar a expansão da economia.

Como em outras apresentações, Campo Neto destacou que as decisões do BC sobre a Selic são técnicas e consideraram a expectativa de inflação (12 a 18 meses a frente), o hito de produto (capacidade de crescer sem gerar inflação) e a inflação corrente. Ele ainda defendeu a autonomia do Banco Central e apresentou dados apontando a uma relação entre o grau de autonomia dessas instituições pelo mundo e

a inflação.

“Ela a autonomia garante um ganho institucional, ele separa o ciclo político do ciclo econômico, ele facilita a obtenção de inflação baixa e menores juros estruturais na economia e alinha o Brasil às melhores práticas internacionais”, disse.

O presidente do Banco Central afirmou ainda que as atuais boas avaliações e previsões para a economia brasileira também são mérito da atuação do BC. Ele citou a elevação das notas de crédito do Brasil por agências de classificação de risco internacionais e avaliações de outras instituições reconhecidas e até da imprensa especializada.

“Quando a gente olha todos esses índices de termômetro, todos eles, 100% deles, mencionam a autonomia do Banco Central e mencionam a política de juros do Banco Central como um fator decisivo”, disse. “Isso foi atingido aqui, com a ajuda do Congresso, em termos de colocar a autonomia do Banco Central e essa capacidade do Banco Central de gerir a crise de forma autônoma e técnica, tem mostrado grandes e grandes frutos. Então acho que, por trás de cada comemoração que a gente tem feito recentemente no Brasil, tem também um pedaço que foi a atuação do Banco Central. Eu gostaria que isso não fosse esquecido”, acrescentou. (Agência Brasil)

Produção de grãos deve crescer 17,4% na safra 2022/2023

A estimativa para a produção de grãos na safra 2022/23 é de 320,1 milhões de toneladas. O montante, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), representa incremento de 17,4% e volume de 47,4 milhões de toneladas a mais que o total colhido no ciclo passado.

Em nota, a Conab destacou que o resultado é reflexo da combinação de ganhos de área e de produtividade das lavouras. “Enquanto a área apresenta alta de 5% em relação à safra 2021/22, chegando a 78,3 milhões de hectares, a produtividade média registra elevação de 11,8%, saindo de 3.656 quilos por hectare para 4.086”.

Milho
A colheita do milho segunda

safr, segundo a companhia, segue avançando e ultrapassa 64,3% da área plantada. Se confirmado, o volume estimado para a segunda safra ultrapassa 100 milhões de toneladas, maior produção já registrada na série histórica.

Para a terceira safra, embora existam registros de pontos de estiagem em Alagoas e no nordeste da Bahia, as chuvas regulares de modo geral favorecem o bom desenvolvimento das lavouras. “Com o bom desempenho, a colheita total do cereal está projetada em aproximadamente 130 milhões de toneladas, 16,8 milhões de toneladas a mais do que na temporada passada”.

Algodão
A Conab prevê uma produção de 7,4 milhões para o algodão

em caroço, o equivalente a 3 milhões de toneladas de pluma. A colheita, iniciada em junho, fechou julho com cerca de 30%, um atraso em relação à safra anterior, quando atingia 49,3%.

Feijão
Já o feijão deve ter uma colheita 2,6% superior ao resultado obtido no ciclo 2021/22, estimada em 3,07 milhões de toneladas. Na terceira safra, as condições climáticas, segundo o levantamento, vêm favorecendo o desenvolvimento das lavouras, onde prevalecem os estágios de floração, enchimento de grãos e maturação.

Soja e arroz
Produtos da safra de verão, soja e arroz têm produção estimada em 154,6 milhões de to-

neladas e 10,03 milhões de toneladas, respectivamente. No caso da oleaginosa, os destaques citados pelo balanço são Mato Grosso, maior produtor do grão no país, com 45,6 milhões de toneladas, e Bahia, estado com a maior produtividade - 4.020 quilos por hectare.

Para o arroz, mesmo com o clima mais favorável, a redução observada na produção se deve ao plantio de área 8,5% inferior.

Trigo
Entre os produtos de inverno, o trigo registra crescimento na área plantada de 11,2%, chegando a 3,4 milhões de hectares. Com isso, a produção está estimada em 10,4 milhões de toneladas, volume semelhante ao obtido na safra anterior. (Agência Brasil)

Com grande impacto social, olericultura gerou R\$ 6,8 bilhões ao Paraná em 2022

Participação da cadeia no Valor Bruto da Produção é de apenas 3,5%, mas atividade é relevante como geradora de empregos e renda no campo e nas cidades. Olericultura envolve a produção de legumes e verduras.

A olericultura (produção de legumes e verduras) ainda não tem densidade produtiva semelhante à dos grãos no Paraná. No entanto, adquire importância social e econômica muito relevante onde é cultivada. O tema é abordado no Boletim de Conjuntura Agropecuária referente à semana de 4 a 10 de agosto. O documento é preparado pelos técnicos do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab).

Os números preliminares do Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária paranaense apontam para um montante de R\$ 191,2 bilhões gerados no campo em 2022. A maior parte tem origem na produção de grãos, cereais e proteínas animais.

A olericultura participa com 3,5%, tendo gerado R\$ 6,8 bilhões de VBP, a partir de 50 espécies cultivadas no Estado. Apesar da extensa gama de produtos, a batata, o tomate e a mandioca para consumo humano concentram 43,5% da área cultivada, 49,6% do volume produzido e 48,4% da renda bruta gerada.

“Mesmo com participação ainda pequena na economia rural do Estado, a olericultura se reveste de importância singular nas regiões e municípios onde está inserida, gerando empregos e renda tanto no campo como nas cidades nos mais diversos elos das cadeias de produção”, analisa o engenheiro agrônomo do Deral Paulo Andrade.

O Paraná aumentou em 7% a área plantada de mandioca em relação a 2022, passando de 126 mil para 136 mil hectares. A produção estima-

da é de 3,3 milhões de toneladas, superior em 11% aos 2,9 milhões de toneladas do ano passado. O crescimento tem muito a ver com os bons preços conseguidos pelos agricultores.

Ainda que a produção solidifique o Estado na segunda posição nacional, atrás do Pará, a safra não é suficiente para atender a demanda industrial, que se abastece de matéria-prima de outras regiões, como Mato Grosso do Sul, São Paulo e Minas Gerais.

O tempo seco possibilitou avanço na colheita do milho, chegando a 28% da área de 2,4 milhões de hectares, ante 17% na semana anterior. Das lavouras não colhidas, 13% estão na fase de enchimento de grãos, que devem ser beneficiadas pelas chuvas que iniciaram terça-feira (08).

Menos de 1% da área estimada de 1,4 milhão de hectares de trigo foi colhida, o que coloca as lavouras em risco climático. A ausência de geadas generalizadas até o momento é fator positivo mas o inverno atípico, com temperaturas acima da média, pode afetar a produtividade.

Apesar da queda nas exportações em julho em relação ao mês anterior, a venda de carne bovina brasileira para outros países continua alta. No primeiro semestre de 2023 foram exportadas 1,1 milhão de toneladas. A China recebeu 50% desse volume.

O Boletim de Conjuntura também reproduz dados do AgroStat Brasil sobre as exportações de frango no primeiro semestre de 2023. Em faturamento, houve crescimento de 10,2%, passando de US\$ 4,6 bilhões em 2022 para US\$ 5 bilhões. Em volume, subiu de 2,3 milhões de toneladas para 2,5 milhões de toneladas (9,5%). O AgroStat é uma plataforma do Ministério da Agricultura e Pecuária que reúne informações sobre o comércio exterior do agronegócio brasileiro. (AENPR)

Brasileiros com contas atra-sadas, de qualquer natureza ou valor e independentemente da renda, têm até esta sexta-feira (11) para recorrer a órgãos de defesa do consumidor de estados e municípios a fim de negociar suas dívidas.

Coordenado pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e batizado de Renegocia! o mutirão nacional começou em 24 de julho e tem como objetivo auxiliar cidadãos em dificuldades financeiras antes que as dívidas superem suas capacidades de pagamento.

Em nota, o Ministério da Justiça e Segurança Pública informou que um dos principais enfoques do mutirão é a prevenção do superendividamento, com a garantia do mínimo existencial. Em junho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou decreto que aumenta de R\$ 303 para R\$ 600 o valor do mínimo existencial, quantia de renda protegida por lei em casos de superendividamento.

“O Renegocia! é uma iniciativa que visa criar um ambiente favorável para que consumidores com dívidas em excesso pos-

sam renegociá-las de maneira acessível e buscar soluções para sair dessa situação. O mutirão não se limita apenas a dívidas bancárias, mas abrange também outros tipos de débito, como dívidas com o varejo. Estão excluídas das negociações dívidas com pensão alimentícia, crédito rural e imobiliário”, destacou a pasta.

Quem pode participar
Apesar de ter como foco principal a prevenção do superendividamento, qualquer consumidor que tenha dívidas em

atraso pode participar da ação. Não há limites nos valores das dívidas, nem de renda.

Como participar
Para participar do mutirão, os consumidores interessados devem procurar os órgãos de defesa do consumidor (Procons, Ministério Público, Defensoria Pública e associações de defesa do consumidor) mais próximos da sua localidade. É possível também utilizar o portal consumidor.gov.br para a negociação das dívidas. (Agência Brasil)

ficante para os próximos seis meses, influenciado pela queda na taxa de juros”, destacou o comunicado da CNI. “Os industriais ainda não se mostram satisfeitos com as condições atuais da economia, mas já houve melhora na percepção”, completou a confederação. (Agência Brasil)

de médio porte e 310 de grande porte, entre 1º e 7 de agosto de 2023. A consulta aos empresários, portanto, foi feita após a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de reduzir em 0,5% a taxa básica de juros, a Selic, que agora está em 13,25%.

“O empresário está mais con-

Lembre sempre de lavar as mãos



Carlos Fávaro defende regulamentação de biodiesel B20

Governo abre crédito suplementar de mais de R\$ 1,1 bilhão

O Ministério do Planejamento e Orçamento publicou, na quinta-feira (10), portaria no Diário Oficial da União que abre crédito suplementar no valor de R\$ 1.140.902.468,00 dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. O recurso será direcionado para a Educação e reforço de outras despesas orçamentárias de estados, Distrito Federal e municípios.

De acordo com o documento, o valor tem origem no excesso de arrecadação, penções militares, contribuições do regime de previdência social e, a maior parte dos recursos, R\$ 1.084.947.126,00 é proveniente da anulação de dotação orçamentária. São recursos antes destinados a programas como o Agropecuária Sustentável e despesas da administração direta do Ministério da Educação, que foram cancelados.

A portaria informa que os recursos serão destinados a despesas como a suplementação do orçamento previsto para a Universidade Federal do Norte do Tocantins; e encargos financeiros da União, como, por exemplo, restituições do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

A realocação de recursos está prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA), desde que seja compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 e respeite os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, além de atender aos critérios dos tipos de despesas previstas no orçamento que podem ser redirecionadas. (Agência Brasil)

Autoridades do governo, parlamentares, pesquisadores, representantes da indústria de biodiesel participaram, em Brasília, na quinta-feira (10), da abertura da quarta edição do Biodiesel Week. O evento é organizado pela União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio) e conta com apoio do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), da Frente Parlamentar Mista do Biodiesel (FP-Bio), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Agroenergia; e do Fórum ProBrasil.

Na abertura do Biodiesel Week, o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, lembrou que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou, em março deste ano, o aumento para 12% da mistura de biodiesel ao diesel vendido no Brasil, a partir de abril.

O ministro defendeu a regulamentação do uso da mistura de 20% de biodiesel (B20) no abastecimento de veículos movidos a diesel, o que reduziria a emissão de dióxido de carbono (CO2), em comparação ao uso de diesel fóssil puro. “Não é possível discutir mais a despoluição do mundo e captura de carbono e, por outro lado, consumir produto fóssil, combustível fóssil. É inconcebível ter que consumir diesel S 500, que é altamente poluidor, altamente carregado em enxofre, no momento em que o mundo fala em descarbonização, em limpeza do planeta.”

Carlos Fávaro destacou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva valoriza os biocombustíveis e, por isso, o ministro entende que o Programa Nacional de Biocombustível voltou a dar segurança jurídica ao setor. “Com a retomada deste programa, com previsibilidade, pode-se olhar para frente. Ninguém investe bilhões de reais, como foi investido, para ver vulnerabilidades. Retroceder naquilo que já tinham conseguido era um absurdo gigante.”

A 4ª Biodiesel Week ocorrerá até esta sexta-feira (11), em Brasília. Entre os temas que estão sendo discutidos estão longevidade do uso do biodiesel, inovação, contribuição do biocombustível para a produção de alimentos e desenvolvimento da agricultura familiar, bem como adoção de novas tecnologias.

O presidente da Ubrabio,

Juan Diego Ferrés, expôs as reivindicações dos empresários do setor e cobrou que o biodiesel seja incluído no projeto de lei sobre o Combustível do Futuro, que terá o objetivo de incentivar a pesquisa e estimular a produção de energia limpa, para integrar políticas de descarbonização no país.

A liderança da Ubrabio apontou o biodiesel como bom substituto do óleo diesel e que servirá para contribuir para sustentabilidade social, ambiental e econômica, com a previsão de redução de custos.

Juan Diego Ferrés citou a expectativa de aumentar o teor de biocombustível no diesel para 15% (mistura B15), em 2025 e foi além. “É um momento ímpar para discutir o aumento para 20%. Não há necessidade de novos testes. O biodiesel é um extraordinário substituto ao óleo diesel por sua ‘renovabilidade’, sequestro de carbono, geração de empregos e atração de investimentos ao país.”

O secretário de Desenvolvimento Industrial, Comércio, Serviços e Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Uallace Moreira Lima, representando o ministro Geraldo Alckmin, disse que a pasta é favorável ao biodiesel como estratégia de inovação e sustentabilidade para a população e a indústria brasileira. “O papel do biodiesel é extremamente central e estratégico no programa e no projeto de governo do presidente Lula.”

“A transição energética e a sustentabilidade são a maior janela de oportunidades para o Brasil liderar um processo de desenvolvimento econômico, superar a armadilha da renda média e fazer com que o povo brasileiro se beneficie das riquezas naturais que este país tem, com mais inovação, com mais sustentabilidade e com um futuro garantido”, ressaltou Moreira Lima.

O secretário adiantou que o MDIC está em contato com representantes do Ministério de Minas e Energia (MME) para debater a incorporação do biodiesel no PL do Combustível do Futuro. “Esse diálogo está sendo feito. O PL do Combustível do Futuro é um grande projeto que está dentro do pacote de transição ecológica que o governo está anunciando.” (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Convoca-se todos os interessados em criar a Cooperativa Locação de Pessoal **AMPDMFESP** para a Assembleia Geral de sua Constituição (fundação), a realizar-se na Rua Adolfo Samuel, 14 – Barro Branco na Cidade de São Paulo Estado de São Paulo no dia 31 de agosto de 2023, às 10 horas, em primeira e segunda convocação respectivamente, para com um mínimo de vinte pessoas presentes, deliberar sobre os seguintes assuntos: **1.** Leitura, análise e aprovação do estatuto social; **2.** Eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e Suplentes; **3.** Subscrição e Integralização do Capital; **4.** Assuntos gerais: Rua Adolfo Samuel, 14 – Barro Branco São Paulo – SP - 31/08/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O Presidente Interino da **Federação Paulista de Luta Olímpica**, Sr. João Roberto Trindade, usando de suas atribuições legais estatutárias e conforme decisão Judicial Processo nº 1005756-71.2017.8.26.0100, através da presente vem convocar a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA** para o dia 09 de Setembro de 2023, sito a Rua Pedro de Toledo nº 1651, Vila Clementino – São Paulo, com início às 10:00 horas em primeira instância e às 10:30 horas em segunda e última instância conforme clausula estatutária para deliberarem sobre **as seguintes ordens do dia: a)** Esclarecimentos sobre o Processo mencionado acima; **b)** Eleição do Presidente, Vice Presidente e Conselho Fiscal Reforma Estatutária conforme Lei; **c)** Assuntos Gerais. Conforme especificado em Estatuto fixado em Quadro Geral de Avisos e enviado este edital através de ofício as Entidades com pleno gozo de seus direitos estatutários. João Roberto Trindade - Presidente Interino.

JOÃO OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.
NIRE 35.300.196.511 - CNPJ/MF nº 47.796.594/0001-52
Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 25 de Julho de 2023
Data, Hora, Local: 25.07.2023, às 10hs, na sede, na Rua Geraldo Flausino Gomes, nº 61, 14º andar, conjunto 141, Edifício Panambi, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: João Guilherme Sabino Ometto; Secretário: Guilherme Fontes Ribeiro. **Deliberações Aprovadas:** (i) o relatório da administração, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.03.2022, publicados no dia 11.07.2023, no Caderno atas/balancos/demonstrações financeiras (jornal "O Dia SP", página de versão impressa e página 4 de versão digital certificada disponíveis no site: <https://www.jornalodiasp.com.br>); Os acionistas declaram ter tido acesso a todos esses documentos anteriormente a realização desta assembleia, considerando sanada a falta de publicação dos anúncios de que trata o artigo 133, na forma de seu § 4º, da Lei 6.404/76. (ii) O resultado do exercício findo em 31.03.2022, no valor de R\$ 360.023.000,00, acrescido dos valores de R\$ 4.394.843,30 decorrente da realização de mais-valia de deemed cost de investimentos, e diminuído dos valores de R\$ 35.467.144,02 decorrente de constituição de reserva de incentivos fiscais reterá, terá a seguinte destinação: (a) Reserva Legal de 5% no valor de R\$ 18.001.361,41; (b) Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas no montante de R\$ 1.912.470,62; (c) Dividendos adicionais pagos antecipadamente no valor de R\$ 54.630.100,90, (d) Ratifica-se o pagamento de juros sobre o capital próprio, aprovados em atas próprias no valor de R\$ 27.016.624,88 e (e) Reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 221.390.141,47. (iii) Os acionistas resolveram que a remuneração global anual da diretoria para o exercício social em curso, com início em 01.04.2022 e término em 31.03.2023 será de até R\$ 765.921,60. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 25 de julho de 2023. **Acionistas:** João Guilherme Sabino Ometto, Giovanna Mironete Ometto e San Giovanni Participações S/A (João Guilherme Sabino Ometto). **Mesa:** João Guilherme Sabino Ometto - Presidente, Guilherme Fontes Ribeiro - Secretário. JUCESP nº 313.171/23-3 em 02.08.2023, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO SUL S.A.
CNPJ/MF Nº. 42.130.537/0001-16 - NIRE Nº. 35300569636 - COMPANHIA FECHADA
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE JULHO DE 2023
1. DATA, HORA E LOCAL: Em 19 de julho de 2023, às 11h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, Sala 10, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP. **2. PRESEÇA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da única acionista, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Presidente: Fábio Russo Corrêa. Secretário: Roberto Penna Chaves Neto. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a alteração do endereço da sede. **6. DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia aprovou: (i) A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; (ii) A alteração do endereço da sede da Companhia da Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, sala 10, Vila Olímpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04551-065 para a Rua Pais Leme, nº. 524, 4º andar, parte, bairro Pinheiros, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05424-904, com a consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 3º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pais Leme, nº. 524, 4º andar, parte, bairro Pinheiros, CEP: 05424-904, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir, transferir ou extinguir sucursais, filiais, agências, departamentos, escritórios, depósitos ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional." (iii) A consolidação do Estatuto Social da Companhia, de acordo com a alteração aprovada no item (ii) acima, permanecendo inalteradas as demais disposições estatutárias não alteradas na presente Assembleia, conforme constante do **ANEXO I** a presente ata, tendo uma via levada a registro perante a Junta Comercial competente, será dispensada a sua publicação na íntegra. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 19 de julho de 2023. **Assinaturas:** Fábio Russo Corrêa, Presidente e Roberto Penna Chaves Neto, Secretário. Acionista: (i) **COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES**, por Waldo Edwin Pérez Leskovar. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. **Fábio Russo Corrêa - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Roberto Penna Chaves Neto - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.** JUCESP nº 316.951/23-7 em 08.08.2023, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.
CNPJ/MF Nº. 42.206.269/0001-79 - NIRE Nº. 35300570286 - COMPANHIA FECHADA
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE JULHO DE 2023
1. DATA, HORA E LOCAL: Em 19 de julho de 2023, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, Sala 09, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP. **2. PRESEÇA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da única acionista, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Presidente: Fábio Russo Corrêa. Secretário: Roberto Penna Chaves Neto. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a alteração do endereço da sede. **6. DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia aprovou: (i) A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; (ii) A alteração do endereço da sede da Companhia da Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, sala 09, Vila Olímpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04551-065 para a Rua Pais Leme, nº. 524, 4º andar, bairro Pinheiros, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05424-904, com a consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 3º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pais Leme, nº. 524, 4º andar, bairro Pinheiros, CEP: 05424-904, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir, transferir ou extinguir sucursais, filiais, agências, departamentos, escritórios, depósitos ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional." (iii) A consolidação do Estatuto Social da Companhia, de acordo com a alteração aprovada no item (ii) acima, permanecendo inalteradas as demais disposições estatutárias não alteradas na presente Assembleia, conforme constante do **ANEXO I** a presente ata, tendo uma via levada a registro perante a Junta Comercial competente, será dispensada a sua publicação na íntegra. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 19 de julho de 2023. **Assinaturas:** Fábio Russo Corrêa, Presidente e Roberto Penna Chaves Neto, Secretário. Acionista: (i) **COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES**, por Waldo Edwin Pérez Leskovar. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. **Fábio Russo Corrêa - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Roberto Penna Chaves Neto - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.** JUCESP nº 316.951/23-7 em 08.08.2023, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE Octavio Inagaki, REQUERIDO POR Luciana Maria dos Santos Inagaki, PROTOCOLO Nº 1004579-3.2023.8.26.0704, a MM. Juíza de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dr(a). Renata Coelho Okida, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 19/05/2023, 11:29:16, foi decretada a INTERDIÇÃO DE OCTAVIO INAGAKI, CPF 32697360883, declarando-o relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeada como CURADORA, em caráter DEFINITIVO, a Sra. REGINA MARIA DOS SANTOS INAGAKI. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da Lei NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de maio de 2023. N - 11

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: 0002190-55.2023.8.26.0704. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Sociedade Beneficente São Camilo. Executado: Miriam Moraes da Silva e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0002190-55.2023.8.26.0704. A MM. Juíza de Direito, 2ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dr(a). Juliana Pilelli da Guia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a VANESSA CRISTINA PONTES CORTINHAS, CPF 292.108.748-03, que a Lei nº 130.318.418-40 e PAULO CESAR DA SILVA, RG 28.373.788-8, que a Ação de Procedimento Comum, ajuizada por Sociedade Beneficente São Camilo, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R\$ 35.921,67 (maio/2023). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a INTIMAÇÃO por EDITAL, para que em 15 dias, a partir dos 20 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Ficam as partes executadas advertidas de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, iniciará o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da Lei. SP, 06/06/2023. 11 e 12 / 08 / 2023

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1003905-93.2014.8.26.0200. O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Nossa Senhora do O, Estado de São Paulo, Dr. Murilo D'Ávila Vianna Cortim, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a VANESSA CRISTINA PONTES CORTINHAS, CPF 292.108.748-03, que a Lei nº 130.318.418-40 e PAULO CESAR DA SILVA, RG 28.373.788-8, que a Ação de Procedimento Comum, ajuizada por Sociedade Beneficente São Camilo, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R\$ 35.921,67 (maio/2023). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a INTIMAÇÃO por EDITAL, para que em 15 dias, a partir dos 20 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Ficam as partes executadas advertidas de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, iniciará o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 4 de agosto de 2023. 10 e 11 / 08 / 2023

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 0004793-70.2023.8.26.0100. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Executado: Silvia Pedrossian Candido Coelho. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0004793-70.2023.8.26.0100. O(A) MM. Juiz de Direito da 34ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Rogério Mano Teixeira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Silvia Pedrossian Candido Coelho (CPF: 338.930.631-53), que a Ação de Procedimento Comum, ajuizada por Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R\$ 55.815,64 (janeiro de 2023). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a partir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, iniciará-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de agosto de 2023. 10 e 11 / 08 / 2023

1ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - SP - FORO CENTRAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. PROCESSO Nº 0043405-14.2023.8.26.0100. O(A) MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Juliana Pilelli da Guia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(a) JOSE MAURO NUNES DE OLIVEIRA, Brasileiro, CPF 096.688.828-76, com endereço a Rua João Vieira Prioste, 1877, ap. 51 A, Vila Camê, CEP 03429-000, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de sentença por parte de CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A, cujo endereço é Law Office of Stephen E Bandard 2000 Massachusetts Ave Suite 2 Cambridge MA 02140. Você também deve responder à reclamação no escritório do Registro deste tribunal no Tribunal de Família e Sucessões de Barnstable, localizado no endereço: 3195 Main St, Barnstable, MA 02630, antes da notificação ao autor ou ao advogado do autor, se representado por advogado, ou dentro de um prazo razoável a partir de então Homenageada Susan Sand Tierney, primeira juíza deste tribunal.

Intimação em Reclamação por Dependência de acordo com G.L.C 119 §.39M. Docket No. BA23301053J. Victor Gabriel Barbosa, Autor v. Pedro Henrique Santos, Réu "Pai Um". Para o Réu acima mencionado: Você foi ordenado a comparecer ao Tribunal de Família e Sucessões de Barnstable para uma audiência sobre esta Queixa por Dependência de acordo com G.L.C 119 §.39M. Não se trata de audiência, mas de prazo para apresentação de contestação, se houver, até: 28/08/2023, às 10H00. O Tribunal pode emitir decisões administrativamente se nenhuma resposta for apresentada. Você está convocando e obrigado a servir a Stephen E. Bandard, esq. cujo endereço é Law Office of Stephen E Bandard 2000 Massachusetts Ave Suite 2 Cambridge MA 02140. Você também deve responder à reclamação no escritório do Registro deste tribunal no Tribunal de Família e Sucessões de Barnstable, localizado no endereço: 3195 Main St, Barnstable, MA 02630, antes da notificação ao autor ou ao advogado do autor, se representado por advogado, ou dentro de um prazo razoável a partir de então Homenageada Susan Sand Tierney, primeira juíza deste tribunal.

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos que o presente edital virem e interessar possa que, por Cristiano Parreira, foi lhe apresentado pela plataforma ONR, para registro, a escritura de 18 de julho de 2023 do 11º Tabelião de Notas da Capital-SP (livro 6.038/ffs. 021), pelo qual FERNANDO FERRAZ DA SILVA, empresário, RG nº 13.531.085-5-SSP/SP, CPF nº 037.581.458-21, e ROSANABORSARI, funcionária pública aposentada, RG nº 13.580.065-SSP/SP, CPF nº 060.380.848-43, brasileiros, divorciados, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua Nova Pátria nº 184, Bosque da Saúde, INSTITUTURAM EMB EM DE FAMÍLIA de acordo com os artigos 1.711 e 1.712 e seguintes do Código Civil Brasileiro, bem como de conformidade com a Lei 6.015/73, o imóvel consistente em UM PRÉDIO COM A ÁREA CONSTRUÍDA DE 365,68m² E SEU RESPECTIVO TERRENO na Rua Nova Pátria nº 184, lote 21 da quadra 77, Jardim da Saúde, no 21º Subdistrito – Saúde, 14ª Circunscrição Imobiliária desta Capital, registrado sob o nº 07 na matrícula nº 5.315, em data de 22 de janeiro de 1.977, neste Registro. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado, que deverá dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste, na imprensa local, reclamar contra a aludida instituição, por escrito, perante o Oficial deste Registro Imobiliário, à Rua Jundiá nº 150, 7º andar, das 9 às 16 horas. São Paulo, 09 de agosto de 2023.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **JORGE FRANCOITTI**, CPF nº 767.987.178-04, domiciliado em Laranjeiras/SP, residente no Sítio Pintas Ana Dias /s/, fca, intimado a purgar a mora referente a 53 (cinquenta e três) prestações em atraso, vencidas de 15/03/2019 a 15/07/2023, no valor de R\$ 2.289.156,15 (dois milhões duzentos e oitenta e nove mil cento e cinquenta e seis reais e quinze centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$2.299.651,94 (dois milhões quinhentos e sete mil quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Rua Simão Lopes, nº 275, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 5 na matrícula nº 93.159. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiá nº 150, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a partir da última publicação deste. Fica o fiduciante desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 24 de julho de 2023. O Oficial.

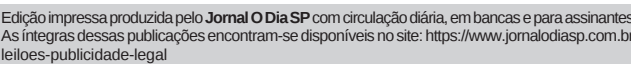
União Química Farmacêutica Nacional S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado - Registro de Companhia Emissora Categoria B nº 2686-7 CNPJ/ME nº 60.665.981/0001-18 - NIRE: 35.300.006.658

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 11 de Abril de 2023
Data, Hora e Local: No dia 11 de abril de 2023, às 14:30 horas, na filial da União Química Farmacêutica Nacional S.A. ("Companhia"), localizada na Av. Magalhães de Castro, nº 4.800, 16º andar, Torre Continental Tower, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação:** Convocação dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Art. 14, §3º do Estatuto Social da Companhia. **Presenças:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, perfazendo o quórum para instalação, nos termos do Art. 15 do Estatuto Social da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidente por: Paula Melo Suzana Gomes; e secretária pela Dra. Luciana Barros Macedo. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre os seguintes assuntos: (i) aprovar a proposta do plano de ação para o cumprimento das metas e objetivos de competência do Comitê de Excelência em Vendas; (ii) eleição do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; e (iii) autorizar a delegação de poderes à diretoria da Companhia para praticar todos e quaisquer atos por eles já praticados, a título dos assuntos a serem deliberados. **Encerramento:** Fica consignado que os materiais submetidos e discutidos nesta reunião, conforme referidos nas deliberações, bem como as manifestações e declarações de voto apresentadas pelos conselheiros, ficarão arquivados na sede da Companhia. Nada mais havendo a tratar e nem nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. A presente Ata é cópia fiel daquela transcrita em livro próprio. São Paulo, 11 de abril de 2023. **Mesa:** Paula Melo Suzana Gomes - Presidente; Luciana Barros Macedo - Secretária. **Membros do Conselho de Administração:** Paula Melo Suzana Gomes; Miguel Giudicioli Filho; Roberto Corneio Marques; José Luiz Junqueira Simões; Ursula Cristina Favale Fernandes; Victor Mezel; Dorothée Fonseca Furquim Wanneck. **JUCESP** nº 170.713/23-4 em 03/05/2023. Gisela Sirmema Coschin - Secretária Geral.

FOUR TRILHOS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº. 47.014.367/0001-28 - NIRE Nº. 35300595670 - COMPANHIA FECHADA
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE JULHO DE 2023
1. DATA, HORA E LOCAL: Em 20 de julho de 2023, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, Sala 8, Vila Olímpia, São Paulo/SP. **2. PRESEÇA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da única acionista, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Presidente: Marcio Magalhães Hannas. Secretário: Roberto Vollmer Labarthe. **5. ORDEM DO DIA:** (i) Tomar conhecimento da renúncia do Sr. **MARCIO YASSUHIRO IHA** ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração; (ii) Tomar conhecimento da renúncia do Sr. **ROBERTO PENNA CHAVES NETO** ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração; (iii) Tomar conhecimento do pedido de renúncia formulado pelo Sr. **MARCIO YASSUHIRO IHA**, ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, conforme carta de renúncia apresentada à Companhia nesta data, agradecendo ao mesmo pelos relevantes serviços prestados à Companhia enquanto exerceu referida função; (iv) Tomar conhecimento do pedido de renúncia formulado pelo Sr. **ROBERTO PENNA CHAVES NETO**, ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração, conforme carta de renúncia apresentada à Companhia nesta data e/ou, caso necessário, aprovar a eleição do mesmo para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, com mandato de até a Assembleia Geral Ordinária de 2024, devendo permanecer em seu cargo até a eleição e posse de seu substituto; (v) Aprovar a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração: (i) **JULIANA CRISTINA RODRIGUES CRISCUOLO REBEHY**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 29.815.097-9/SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº. 219.833.318-05, como membro suplente do Sr. **ROBERTO PENNA CHAVES NETO**; (ii) **TIAGO AUGUSTO ALVES SOUZA DIAS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 26.890.963-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 332.849.988-10, como membro suplente do Sr. **ROBERTO VOLLMER LABARTHE**; e (iii) **FÁBIO SILVEIRA RIBEIRO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 26.433.070-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 321.822.338-57, eleito nesta data; (iv) **ROBERTO PENNA CHAVES NETO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 29.815.097-9/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 219.833.318-05, como membro suplente do Sr. **ROBERTO PENNA CHAVES NETO**; (v) **TIAGO AUGUSTO ALVES SOUZA DIAS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 26.890.963-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 332.849.988-10, eleito nesta data; (vi) **PEDRO PAULO ARCHER SUTTER**, brasileiro, casado, matemático, portador da Cédula de Identidade RG nº. 53.278.761-4/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 013.879.347-67, membro efetivo, eleito na Assembleia Geral Ordinária de 18/04/2023 ("AGO 18/04/23") e seu respectivo suplente **FÁBIO SILVEIRA RIBEIRO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 26.433.070-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 321.822.338-57, eleito nesta data; (vii) **ROBERTO PENNA CHAVES NETO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 59.478.664-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 219.833.318-05, como membro efetivo, eleito nesta data, e sua respectiva suplente, **JULIANA CRISTINA RODRIGUES CRISCUOLO REBEHY**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 29.815.097-9/SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº. 219.833.318-05, eleita nesta data, todos com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, São Paulo/SP, CEP: 04.551-065; (viii) **SÉRGIO LUIZ PEREIRA DE MACEDO**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 8.374.421-6 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 873.683.078-04, membro efetivo, e seu respectivo suplente, **PAULO JOSÉ DINIS RUAS**, português, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. W50175-FIRNE e inscrito no CPF/ MF sob o nº. 128.477.058-30, ambos eleitos na Escritura Pública de 14/03/2022 e com endereço profissional na Avenida Joinville Filho, nº. 1.700, Escritório 86, bairro Vila Hamburguesa, São Paulo/SP, CEP: 05.319-000; e (vii) **STEPHAN JOINOVIC CADIER**, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador da Cédula de Identidade RG nº. 36.683.936 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 229.914.608-30, com endereço profissional na Avenida Paulista, nº. 1842, Torre Norte, 23º andar, São Paulo/SP, CEP: 01.311-200, membro efetivo eleito na Assembleia Geral Ordinária de 2024, ficando vago o cargo de suplente, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2024, devendo permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 20 de julho de 2023. **Assinaturas:** Marcio Magalhães Hannas, Presidente e Roberto Vollmer Labarthe, Secretário. Acionista: (i) **CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.**, por Francisco Pierini. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. **Marcio Magalhães Hannas - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Roberto Vollmer Labarthe - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.** JUCESP nº 314.443/23-0 em 04.08.2023, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

== Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. ==

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 14 de julho de 2023

1. **Data, Hora Local:** Em 14 de julho de 2023, às 16:00 horas, na sede social da Fisia Comércio de Produtos

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DO IPIRANGA - AEAIP
CNPJ/MF nº 52.804.754/0001-06

Em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do Processo 1006351-73.2022.8-26.0010, do Foro Regional X – Ipiranga – São Paulo/SP, 1ª Vara Civil, constando o Mandado de Averbção de Nomeação de Administrador Provisório em face de ELISEU JOSE FIDENCIO, que fica fazendo parte integrante deste instrumento, são expressamente convocados os associados da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Ipiranga, de qualquer categoria, para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 02 DE SETEMBRO DE 2023, às 10:00 hs em primeira convocação, com a presença de dois terços dos sócios ou às 10:30 hs, com qualquer número de sócios, na Rua Dom Luis Lasanha, 556, no bairro do Ipiranga, nesta Capital, quando será apreciada a seguinte pauta: 1. Aprovação da situação fiscal e patrimonial da Associação; 2. Exposição da situação da AEAP e definição da continuidade ou encerramento das atividades, de acordo com o constante do Estatuto Social. Este Edital de Convocação, bem como o Mandado de Averbção de Nomeação de Administrador Provisório identificado em seu intuíto é publicado em Jornal da Cidade de São Paulo, para que não se alegue desconhecimento. São Paulo, 07 de agosto de 2.023.

ELISEU JOSE FIDENCIO - ADMINISTRADOR PROVISÓRIO

CNPJ nº 51.362.942/0001-50

[illegible]

CNPJ nº 23.814.340/0001-51 - NIRE nº 35.229.624.28

de Deliberação da Única Sócia Realizada em 09/08

Ata de Deliberação da Única Social Realizada em 09/08/2023
de agosto de 2023, às 11:00h. Local: sede social na Avenida Briga

- conjunto 903 - Sala B - Jardim Paulistano - São Paulo - SP; CEP: 014-010.
- sala. Mesa: **Presidente:** **Gabriella Borges Abuleac**; **Secretaria:** **Renata Mendes**.
- observadas as formalidades de convocação e publicação, de acordo com o art. 172, parágrafo 2º, da Lei nº 10.406/02 - Código Civil. **Ordem do dia:**
- 1º) aprovação das atas da reunião anterior, em 26.02.2040 (seis milhões, duzentos e sessenta mil reais) (três milhões, quinhentos e seis mil, trezentos e setenta e sete reais). R\$ 27.137.670,00 (dois milhões, setecentos e treze mil, seiscentos e setenta e sete reais) em relação ao objeto da sociedade. **Deliberações:** Discutido e analisado o balanço do capital social da sociedade de R\$ 26.020.040 (seis milhões, duzentos e sessenta mil reais), R\$ 27.137.670,00 (dois milhões, setecentos e treze mil, seiscentos e setenta e sete reais) em relação ao objeto da sociedade. **Lavratura e Letura:** A presente deliberação faz uso. Ninguém se manifestando, foi suspensa a leitura desta ata. Reaberta a sessão, foi a ata lida, acima conforme, arquivada. **Atribuições:** **Gabriella Borges Abuleac**, Presidente e **Vanessa Lira**, Secretária. **Assinaturas:** Lavrada em livro próprio. **Presidente:** **Gabriella Borges Abuleac**. **Administradora:** **Gabriella Borges Abuleac**.

CNP | nº 31.591.694/0001-03 - NIRE 35235355215

CNPJ nº 31.591.694/0001-02 - NIRE 35235355215

trato da Ata de Reunião dos Sócios Convocados em 10/08/2023, às 10h, em sua sede, dispensada convocação, todos os sócios presentes, a saber: **1) Nippon Tungsten Co., Ltd.** (CNPJ 31.323.243/0001-94, representada por sua Hidaka, RG 3.908.125-5/SPSP/SP e CPF 058.718.028-07, e **Nippon Tungsten USA, Inc.** (CNPJ 33.246.0001-28, representada por seu procurador, Sr. Luiz Yuzuki Kikuchi - **Secretário** - e Sr. Shirohiko Kikuchi - **Presidente**), ambos inscritos no CNPJ sob o nº 33.246.0001-28, e **2) Nippon Tungsten USA, Inc.** (participação de 87,18%), e **3) Nippon Tungsten USA, Inc.** (participação de 12,82%). Nada mais a tratar. Atibaia/SP, 10/08/2023.

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAXE DE ZODIAS PROCESSO Nº007/04-9.173.28.0009 (A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível do Foro Regional X-Via Prudente, Estado de São Paulo (JF/SP).Claudia Ribeiro, na forma da Lei nº 9.472 SAEF SABER e a CRISTIANA ALMEIDA SANTOS LANCHONETE. CNPJ Nº 11.759.050/0001-15, que lhe foi proposta uma ação de Monitoria por parte de Antonia Macabete Portela de Almeida, objetivando o pagamento do débito de R\$50.000,00 (abril/2013), oriundo da devolução do cheque 0006621, no valor de R\$50.000,00, emitido em 23/08/2012, da Caixa Econômica Federal, tendo em vista a devolução pelas alíneas 21. Estando a requerida em lugar ignorado, CITADA fica para no prazo de quarenta e oito (48) dias, a contar da publicação deste Edital, apresentar defesa e requerer a suspensão do processo e do pagamento, sob pena de constituir-se de pleno direito e litiu executivo judicial, sendo nomeado carador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extra, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.

Forças Regionais Varas Gerais - I - Santana, Casa Verde, Vila Miria e Tucuruvi Varas Gerais - 2ª Vara Civil Forças Regionais | Santana |
Cível, Prazo 20 dias. Pro: 106827-75.2021.8.26.0001. A Dra. Daniela Calçada Herrera Ximenes, Juíza de Direito da 2ª Vara Civil de Santana/SP, Faz saber: A interessada requerente de Castro CF 364.412.458-25, que Condomínio Edifício Casabianca
do Estado de pernoite a avaliação para pagamento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando-se
12. Estando a executada em lugar ignorado, expedir-se editais, para que em 3 dias, a RUIR do prazo supra, pague o débito
atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade ou apresente embargos em 5 dias, podendo, nesse 5 dias
depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de
curador especial em caso de revêla. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. Nada mais, São Paulo 17/05/2023. [011]

OMAHA PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS LTDA. CNPJ n. 29.447.641/0001-70. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS** – Nos termos da Cláusula Oitava do Contrato Social da **OMAHA PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS LTDA.**, sociedade empresarial de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 29.447.641/0001-70, com sede social na Av. Juscelino Kubitschek nº 1.726, 22º Andar, conj. 221 e 223, bairro Vila Nova Conceição, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo CEP 04.543-000 (“Societade”), bem como do art. 1.152, § 3º da Lei nº 14.046/2002 (“Código Civil”), ficam os senhores Sócios da Societade convocados para reunirem-se em Reunião de Sócios, a realizar-se por meio eletrônico, no dia 11 de agosto de 2023, às 14h00, para tratar das seguintes matérias: a) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Teams”, Meeting ID: https://teams.microsoft.com/j/meetup-join/19%3ameeting_7a2b2187-1b71d-480d-8787-30b513b9767d; b) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; c) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Google Meet”, Meeting ID: <https://meet.google.com/sgn-8m5d-5xm37s>; d) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; e) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; f) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; g) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; h) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; i) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; j) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; k) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; l) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; m) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; n) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; o) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; p) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; q) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; r) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; s) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; t) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; u) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; v) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; w) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; x) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; y) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; z) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; aa) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; ab) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; ac) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; ad) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; ae) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; af) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; ag) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; ah) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; ai) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; aj) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; ak) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; al) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; am) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; an) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; ao) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; ap) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; aq) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; ar) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; as) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; at) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; au) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; av) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; aw) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; ax) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; ay) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; az) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; ba) aprovação da ata da reunião realizada em 11 de agosto de 2022, sob o nome “Zoom”, Meeting ID: <https://zoom.us/j/9853948359>; bb) aprovação da

CNPJ 48.343.871/0001-34 - NIRE 35.300602.285

Data: Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23 de Junho de 2023
Data e Hora Local: 23/06/2023, às 10:00 horas, na cidade de São Paulo/SP. **Presença:** Presente a totalidade dos acionistas, dispensada sua convocação, nos termos do art. 124 da lei, a saber: (I) Bambo Investimentos Alternativos Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 42.932.190/0001-25, NIRE 358.237.546.239; **Não Presença:** Presidência pelo Sr. Igor Eduardo Diniz da Silva, inscrita no CNPJ sob nº 15.835.298/0001-82, NIRE 358.237.546.239; e o Sr. Alexandre José de Oliveira Junior, inscrito no CNPJ sob nº 13.505.656/0001-25, NIRE 358.237.546.239. **Quórum:** O quórum foi alcançado com a presença de 100% dos acionistas, sendo o quórum exigido para as seguintes tomadas de decisão: 5.1 Em relação ao item (I) no Estatuto Social da Companhia;

(a) deliberaram pela alteração do objeto social da companhia conforme previsto no Artigo 3, passando o referido Artigo a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: (i) a aquisição e securitização de créditos imobiliários, do agronegócio, financeiros e quaisquer outros, passíveis de securitização; (ii) a emissão, colocação e administração de títulos negociáveis em nome próprio ou em nome de terceiros, incluindo, mas não limitado a, Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”), Certificados de Recebíveis (“CR”) e Debêntures ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, observados os procedimentos estabelecidos pelos normativos aplicáveis; (iii) a prestação de serviços e realização de outros negócios relacionados ao mercado secundário de créditos imobiliários e de direitos creditórios do agronegócio, e de outros direitos creditórios, especialmente à securitização de lábios comerciais e de recebíveis de empresas; (iv) a participação em operações de hedge em instrumentos financeiros, incluindo derivativos, e outras disposições legais aplicáveis; (v) a realização de operações de hedge em contratos derivativos visando a cobertura de riscos na sua carteira de créditos; e (vi) a participação, como controladora, de sociedades de propósito específico constituídas para fins de investimento em ativos reais”; (b) a aprovação da alteração do artigo 4º, alterando-se o texto do referido artigo (“(d) deliberaram pela alteração na mudança na forma de representação da Companhia prevista no Artigo 12, passando o referido Artigo a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 12.** A representação da Companhia, para todos os fins de direito, será exercida: (i) por 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto; ou (ii) por 1 (um) ou mais procuradores constituídos nos termos do § Primeiro acima, agindo em conjunto ou isoladamente, conforme os poderes estabelecidos nos atos constituintes desta Companhia; (c) a aprovação da alteração do artigo 13º, alterando-se o texto do referido artigo (“(dois) Diretores, agindo em conjunto, especificar os poderes outorgados e ter prazo de validade até 1 (um) ano, exceto as procurações ‘ad iudicium’, que poderão ter prazo de validade indeterminado.” § 2º. As emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, e demais Certificados de Recebíveis ou de outros tipos de valores mobiliários emitidos e administrados pela Companhia deverão ser submetidas a uma avaliação independente realizada por um regime fiduciário com a consequente criação do patrimônio separado, não dependendo de qualquer intervenção societária específica, cabendo apenas a assinatura, nos documentos das emissões, dos diretores e/ou procuradores da Companhia, seguindo a forma de apresentação prevista no caput deste Artigo.” 5.2 Em relação ao item (II) os diretores deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, aprovar o limite global pré-aprovado de novas emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, bem como de outros tipos de valores mobiliários, no montante máximo de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões e mil reais), ficando suspensa a aprovação para cada emissão no valor de R\$ 50 milhões em relação aos limites globais aprovados em (II) anteriormente mencionadas. 5.3 Quanto ao item III, aprovado o texto da resolução de modo a contemplar as alterações indicadas nos itens (a) e (b) acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo, 23/06/2023, **Sr. Igor Eduardo Diniz** - Presidente, **Kauz Kazan Teixeira da Silva** - Secretário, **Administrador**, **Alexandre José de Oliveira Junior** - Administrador, **Rafael Henrique de Oliveira** - Diretor, **Oscar Kfouri Jr.** - Cargo:

CNPJ 48.343.871/0001-34 - NIRE 35.300602.285

[illegible]

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, a todos que o presente edital vierem ou interessar possa que, **AILSON SANTANA FREIRE FILHO**, brasileiro, divorciado, advogado, RG nº 1196836442-SSP/BA, CPF nº 041.507.685-44, domiciliado nesta Capital, residente na Rua Paula Ney, nº 174, apartamento nº 53, Vila Mariana, fica intimado a purgar a mora referente a 08 (oito) prestações em atraso, vencidas de 27/12/2022 a 27/07/2023, no valor de R\$28.425,18 (vinte e oito mil quatrocentos e vinte e cinco reais e dezotto centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$28.442,92 (vinte e oito mil quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos), que atualizado até 28/10/2023, perfaz o valor de R\$39.980,03 (trinta e nove mil novecentos e oitenta reais e três centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pelo BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, para aquisição do imóvel localizado na Rua Bertioga, nº 123, apartamento nº 21, localizado no 2º pavimento do empreendimento denominado Mobi One Saúde, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública” devidamente registrado sob nº 4 na matrícula nº 232.857. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiá nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o fiduciante desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pelo fiduciário, do imposto de transmissão “inter vivos”, a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 01 de agosto de 2023. O Oficial.

CNPJ 09.586.109/0001-27 - NIRE 35222347782
Extrato do Atto de Desempenho de 6 meses

Extrato da Ata de Reunião de Sócios
Em 02.08.2023, na sede da Sociedade, **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaela Nogueira de Carvalho Costa, Secretária: Sigrid Amanda Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 71.511.461,00 **para** R\$ 6.011.461,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Dona Margarida D'Imprendimentos Imobiliários Ltda.
CNPJ 17.610.283/0001-96 - NIRE 3522279622

Extrato da Ata de Reunião de Sócios
Em 02.08.2023, na sede da Sociedade, **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaela Nogueira de Carvalho Costa, Secretária: Sigrid Amanda Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 2.253.488,00 **para** R\$ 1.753.488,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Entrada de Atos de Reunião de Sócios

Em 02.08.2023, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 2.253.488,00 **para** R\$ 1.753.488,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste estatuto, no âmbito da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar. foi lavrada a presente ata.

CNPJ 07.981.901/0001-50 - NIRE 35220616891
Extrato do Atto de Recuperação Judicial

Em 02.08.2023, na sede da Sociedade: **Presença**. Totalidade dos Sócios. **Mesa**. Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações**. Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 5.868.072,00 **para** R\$ 368.072,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento**. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

CNPJ 17.610.186/0001-01 - NIRE 35227296388
Entrada de Atos de Reunião de Sócios

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.08.2023, na sede da Sociedade: **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 852.106,00 **para** R\$ 52.106,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 02.08.2023, na sede da Sociedade, **Presença**, Totalidade dos Sócios. **Mesa**, Presidente: Rafaela Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Belasco. **Deliberações**. Os sócios aprovaram por unanimidade, **reduzir** o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 1.671.933,00, **para** R\$ 1.271.933,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento**. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Extrato do Ato de Reunião de Férias

Em 02.08.2023, na sede da Sociedade, **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaela Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 4.702.756,00 **para** R\$ 4.002.756,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

J/ME N° 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 69ª EMISSÃO DA VIRGO
COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)**

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 69ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, q/c, 1511, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRI"), "Titulares dos CRI", "Emissora" (respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira, com filial situada na cidade de São Paulo/SP, estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13ª andar, sala 132, CEP: 04534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciária"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **segunda convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), a ser realizada em **23 de agosto de 2023 às 14:00**, de acordo com o disposto no artigo 15º da Resolução CVM 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 14.3.2. do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão celebrada em 14 de março de 2023 ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: I. Decretar ou não o vencimento antecipado não automático das obrigações decorrentes das Notas Comerciais e, consequentemente, o Resgate Antecipado Compulsório dos CRI, nos termos da cláusula 6.1.2., (ii), das Notas Comerciais, em razão da: (a) não realização do Registro do 1º Aditamento à Nota Comercial no RTO de Ponta das Néguas e Cuiabá/MT, na forma e prazo estipulados na cláusula 2.2.14. do referido documento; (b) não contratação do Seguro Patrimonial e/ou Endosso à Virgo dos Imóveis listados no Anexo VI do Contrato de Cessão Fiduciária (Empreendimentos Imobiliários), na forma e prazo estipulados na cláusula 7.1. do Contrato de Cessão Fiduciária (Empreendimentos Imobiliários), em razão da não realização do 1º Aditamento à Nota Comercial programada para 19 de junho de 2023, no valor de R\$ 566.252,54 (quinhentos e sessenta e seis mil, duzentos e cinquenta e dois reais, e cinquenta e quatro centavos); e II. Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item (i) e (ii) acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora www.virgo.org.br; e (ii) no site www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o presente Edital não constitui uma recomendação de compra ou venda de valores mobiliários emitidos pelos CRI, nem sim, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número dos Titulares dos CRI presentes na Assembleia, conforme cláusula 14.4. do Termo de Securitização, já as deliberações em sendo tomadas pelos votos favoráveis dos Titulares dos CRI que representam, pelo menos, 2/3 (dois terços) da totalidade dos CRI em Circulação, em primeira convocação, ou pelos votos favoráveis dos Titulares dos CRI que representam a maioria dos presentes, em segunda convocação, conforme cláusula 14.5. do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizada pela Emissora aos Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para casas@virgo.org.br o código de acesso à Assembleia, com o prazo de validade de 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de formulário a ser adotado para envio da manifestação de voto, a distância, via página eletrônica www.virgo.org.br, e o formulário a ser utilizado para a manifestação de voto dos Titulares dos CRI em forma eletrônica da CVM, a manifestação de voto em formulário impresso e assinado pelo Titular do CRI ou seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estado Social que proveja os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

[illegible]

Degradação as margens da rodovia amazônica é preocupante

No mês em que a capital paraense, Belém, recebeu os Diálogos Amazônicos e a Cúpula da Amazônia, que reuniram autoridades e ambientalistas para discutir o desenvolvimento sustentável na região, pesquisadores denunciaram um “crescimento absurdo” da abertura de ramais na floresta - trechos de estradas não oficiais – que acompanham a BR-319, na parte sul do Amazonas.

O levantamento feito pelo Observatório BR-319 (OBR-319) aponta que nos municípios de Canutama, Humaitá, Manicoré e Tapauá, a rede de ramais é de 5.092 quilômetros (km), o que representa quase seis vezes (5,8) a extensão total da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, em Rondônia. Quando considerado o período de 2016 a 2022, houve um acréscimo de 68%, ou seja, mais 2.061 km de ramais nos quatro municípios avaliados.

“É um intervalo muito curto de tempo para uma quantidade enorme de floresta que tem desaparecido. E uma expansão absurda de ramais”, diz à **Agência Brasil** Thiago Marinho, um dos responsáveis pelo mapeamento. “Houve uma taxa de crescimento do desmatamento absurda.” A velocidade da degradação preocupa.

“Não é só o grande volume de ramais, mas o intervalo muito curto de tempo em que surgiram. Isso mostra que existe um processo orquestrado de des-

truição florestal, que, de certa forma, não está sendo freado”, diagnostica.

O OBR-319 é uma rede de organizações da sociedade civil que busca o desenvolvimento sustentável na área de influência da BR-319, além de denunciar práticas degradantes do meio ambiente. Fazem parte do observatório instituições como Greenpeace, WWF-Brasil, Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam).

Imagens de satélite

O mapeamento da rede de ramais foi feito por interpretação de imagens de satélites disponibilizadas de forma gratuita pelo Projeto NICFI (Iniciativa Internacional do Clima e Florestas da Noruega, na sigla em inglês), do Ministério do Clima e Meio Ambiente da Noruega.

Os pesquisadores explicam que os quatro municípios foram escolhidos para o monitoramento porque ficam na região que concentra os maiores indicadores de desmatamento. Por meio de cruzamento de dados de degradação ambiental com as imagens de satélite, foi possível fazer uma ligação entre os ramais e o desmatamento. Isso demonstra, segundo o observatório, que os trechos não oficiais de estradas não são construídos para facilitar o deslocamento de

populações locais e o escoamento da produção, mas, sim, para ajudar a logística da clandestinidade.

“A grande maioria do que acontece de queimada, desmatamento e exploração madeireira está numa distância igual ou inferior a 5 quilômetros de um ramal. Então, existe uma associação direta desses fatores, e ele iniciam a partir de um ramal. O ramal é o fator logístico para que essas atividades sejam possíveis de serem realizadas”, explica Marinho, pesquisador do Idesam.

A maior rede de ramais identificada pelo monitoramento se encontra em Canutama, com 1.755,7 km, seguida por Manicoré (1.704,1 km), Humaitá (1455,6 km) e Tapauá (176,8 km).

A abertura de ramais é um processo custoso, o que leva os pesquisadores a associarem essa prática a grupos com poder econômico.

Ciclo de degradação

Como o observatório colhe dados desde 2016, Thiago Marinho identifica um ciclo claro de degradação ambiental.

“Primeiro você tem uma área verde, área de floresta densa. Depois você vai acompanhando, ao longo das imagens, alguns ramais que vão entrando na floresta e estruturando uma rede”, detalha Marinho. “A floresta vai virando quase um queijo suíço. Buracos inteiros vão se forman-

do dentro dela. É a retirada de madeira. Eles avançam com esses ramais, selecionam tudo que tiver ao redor que tenha valor de mercado e tiram toda a madeira. Essa área, na maioria das vezes, é grilada. Quando você vê que já foi tirada toda a madeira, aquela área de floresta foi para o chão”, descreve. “O futuro delas é virar pasto.”

A grilagem consiste na ocupação de terras públicas por indivíduos com interesses particulares que exploram o território de forma ilegal, para depois reivindicar as terras como patrimônio privado.

Outra consequência do avanço dos ramais é a expulsão de pequenos produtores e comunidades tradicionais, como indígenas.

A nota técnica elaborada pelo OBR-319 classifica como ramais os trechos de estrada não oficiais. Porém, o estudo não aponta que sejam todos, necessariamente, ilegais, uma vez que alguns se encontram em territórios particulares. Mas, de acordo com Marinho, pode-se concluir que ramais em áreas de conservação e terras indígenas são ilegais.

Territórios invadidos

O estudo identificou os tipos de territórios que concentram a abertura desses trechos de estradas. Em imóveis privados estão 869,2 km. Assentamentos federais têm 637 km; territórios in-

dígenas, 545,4 km; unidades de conservação, 261 km; e territórios de uso comum, 43,7 km.

Chama a atenção dos analistas o fato de que a maior parte dos quilômetros de ramais estejam nas chamadas florestas públicas não destinadas (FPND). São 2.803 km, ou seja, mais da metade dos 5.092 km. As FPND são territórios que não têm destinação atribuída. Ou seja, não recebem programas de manejo florestal nem abrangem áreas de proteção de comunidades indígenas, por exemplo. De acordo com o OBR-319, ficam mais vulneráveis e sofrem com maior frequência a grilagem de terras, a degradação florestal e o desmatamento.

Dos ramais que foram identificados nas FPND, a maior parte, 1.539,3 km, fica em gleba federal. Isso representa 55% dos 2.803 km. Noventa e seis quilômetros (3%) ficam em glebas estaduais. Segundo o OBR-319, a preponderância de terrenos da União tem relação com o fato de que os trechos se originam, em sua grande parte, de estradas maiores e, uma vez que os municípios mapeados são atravessados por rodovias federais, ou seja, concebidas em territórios geridos pela União, é esperado que a maioria das redes de ramais esteja nas glebas sob jurisdição federal.

Existem ainda vazios cartográficos - territórios não reivin-

dicados - que possuem 1.167,3 km de ramais (42% da malha dentro das FPND). O estudo avalia que a situação dessas florestas é ainda mais preocupante, pois não há definição de a qual ente federativo cabe a proteção das matas. “Principalmente quando essas áreas são próximas a grande empreendimento de logística, como estradas”, adverte Marinho.

Recomendações

A nota técnica do OBR-319 aponta algumas soluções para lidar com o surgimento de ramais e a consequente degradação ambiental. Entre elas, ações efetivas de fiscalização, comando e controle por parte das instituições responsáveis, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (Sema-AM) e Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam).

Outras recomendações são a urgência no processo de destinação das FPND; combate à exploração predatória de madeira e à ilegalidade na cadeia da carne, a partir da identificação de fazendas produtoras de gado em áreas ilegalmente desmatadas; e penalização dos infratores que cometeram ilícitos ambientais, incluindo multas, destruição ou apreensão de equipamentos e prisões. (Agencia Brasil)

Em primeiro voto no STF, Zanin vota a favor do juiz de garantias

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou, na quinta-feira (10), a favor da implantação do mecanismo do juiz de garantias pelo Judiciário de todo o país. O modelo prevê que o magistrado responsável pela sentença não é o mesmo que analisa as cautelares durante o processo criminal.

No primeiro voto proferido após a posse no STF, Zanin defendeu a implantação no prazo de um ano e afirmou que a efetivação do mecanismo vai mudar o rumo da Justiça brasileira para garantir julgamentos imparciais.

Antes de chegar ao tribunal, o ministro foi advogado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos processos da Operação Lava Jato e conseguiu provar a parcialidade do ex-juiz Sergio Moro, anulando as acusações.

“Estou convicto de que a existência do juiz de garantias poderá, efetivamente, mudar o rumo da Justiça brasileira, pois, ao garantir à população brasileira maior probabilidade de julgamentos imparciais e independentes, permite-se que o sistema pe-

nal seja potencialmente mais justo. A imparcialidade do juiz é o princípio supremo do processo penal”.

O ministro também destacou que o mecanismo vai ajudar no combate a injustiças raciais no sistema penal.

“Há cerca de 650 mil pessoas presas no país. O encarceramento atinge majoritariamente jovens de até 29 anos, negros, com baixo grau de escolaridade”, concluiu.

O placar de votação está em 2 votos a 1 pela implantação do juiz de garantias. O julgamento foi suspenso e volta na próxima quarta-feira.

Além de Zanin, Dias Toffoli também se manifestou a favor do mecanismo. Somente o relator do caso, Luiz Fux, votou pela implantação opcional pelos tribunais do país.

A adoção do juiz de garantias estava prevista para entrar em vigor no dia 23 de janeiro de 2020, conforme o Pacote Anticrime aprovado pelo Congresso Nacional. No entanto, foi suspensa por liminar de Fux. Agora, o Supremo julga o caso definitivamente. (Agencia Brasil)

Ministro diz que governo quer paz no campo e retomará reforma agrária

Em depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MST na quinta-feira (10), na Câmara dos Deputados, o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, citou o que chamou de retomada da reforma agrária no país e disse que o governo quer “paz no campo”.

“Devemos lançar o programa de reforma agrária com três componentes. O primeiro componente é a disponibilidade de terra para novos assentamentos. Há oito anos que não temos assentamentos no Brasil.”

Durante a fala, Paulo Teixeira fez críticas à atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) em 2015, quando suspendeu a execução de 500 mil processos de assentamento do programa reforma agrária

apontando irregularidades.

“O programa de reforma agrária começou, a meu ver, por uma equivocada atuação de uma parcela do Tribunal de Contas da União, que fez um trabalho que é digno de ser reprovado por esta Casa”, disse Teixeira. “O Incra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, já reviu 300 processos. Há 1% de irregularidades. Mas isso paralisou o programa de reforma agrária e congelou a vida dos assentados”, completou.

De acordo com o ministro, o país conta, atualmente, com um total de 57 mil famílias em acampamentos de “beira de estrada”. “Vivendo nas piores condições de vida que se possa viver. E é por isso que queremos retomar o programa de reforma agrária, para pacificar o Brasil”. (Agência Brasil)

Setor de serviços cresce 4,7% no primeiro semestre

dezembro do ano passado.

O aumento no volume de serviços se deu em 16 unidades da Federação. São Paulo (0,3%), Paraná (1,9%), Distrito Federal (2,9%) e Minas Gerais (0,9%) foram as que mais influenciaram positivamente o indicador nacional. A principal contribuição negativa veio do Rio de Janeiro (-2,4%).

A comparação com junho do ano passado mostra crescimento de 4,1%, a 28ª taxa positiva seguida nesse indicador.

Segmentos

Entre os setores que contribuíram para a variação positiva de junho estão as empresas de atividades jurídicas, as de administração de cartões de descon-

to e de programas de fidelidade e as de engenharia. Esses prestadores de serviços fizeram com que os serviços profissionais, administrativos e complementares interrompessem a queda contabilizada em maio e abril.

Os serviços prestados às famílias acumulam ganho de 4,1% nos últimos três meses, sendo 1,9% apenas em junho. O IBGE associa esse desempenho ao crescimento da receita de empresas de restaurantes e de espetáculos teatrais e musicais.

Três das cinco atividades investigadas pela pesquisa cresceram em junho, e a terceira a crescer foi a dos serviços de informação e comunicação. Do lado negativo estão as atividades de transportes e outros serviços.

Ex-diretor da PRF, Silvinei Vasques depõe à PF em Brasília

De acordo com a PF, na condição de diretor-geral da PRF, Vasques autorizou a realização de bloqueios rodoviários em estradas da Região Nordeste, com a finalidade de dificultar o trânsito de eleitores onde, segundo as pesquisas, o então candidato presidencial Luiz Inácio Lula da Silva liderava a intenção de votos.

Ao ser detido, na quarta-feira (9) em Florianópolis, Vasques teve seus telefones celulares, computadores e passaporte apreendidos. Transferido para a capital federal em um avião da própria PF, ele passou a noite na superintendência da corporação, a cerca de 10 quilômetros de

distância do prédio onde está prestando depoimento.

Na quinta-feira, em função da prisão preventiva, o subprocurador-geral do Ministério Público, Lucas Rocha Furtado, pediu ao Tribunal de Contas da União (TCU) que avalie a legalidade da concessão de aposentadoria ao ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Silvinei Vasques.

Para Furtado, há “indícios de irregularidades na referida concessão” do benefício, já que “o servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cum-

primento da penalidade”.

O ex-diretor da PRF é alvo de três processos administrativos motivados pela suposta interferência no segundo turno das eleições de 2022 e da apuração criminal que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) e que embasou a Operação Constituição Cidadã.

A reportagem não conseguiu contato com os advogados de Vasques, que nega ter atuado para interferir no resultado das últimas eleições presidenciais, sustentando que os bloqueios montados na Região Nordeste no dia do pleito seguiram critérios técnico-operacionais. (Agencia Brasil)

Redes sociais devem enviar postagens de Bolsonaro à PGR, decide Moraes

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, na quinta-feira (10), que as redes sociais enviem à Procuradoria-Geral da República (PGR) postagens feitas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

As redes devem remeter postagens de Bolsonaro sobre eleições, urnas eletrônicas e temas relacionados ao Tribu-

nal Superior Eleitoral (TSE), o Supremo Tribunal Federal (STF) e às Forças Armadas.

As postagens serão inseridas na apuração sobre eventuais manifestações de Bolsonaro a favor dos atos golpistas de 8 de janeiro. A decisão deverá ser cumprida pelo Facebook, Instagram, LinkedIn, TikTok, X (antigo Twitter) e YouTube.

Bolsonaro foi incluído na investigação após publicar, no dia 10 de janeiro, um vídeo que questionava a legitimidade do resultado das eleições de 2022. A postagem foi apagada após a repercussão do caso, mas Moraes determinou que as plataformas preservem o material.

As redes também deverão confirmar se 244 investiga-

dos pelos atos golpistas são seguidores de Bolsonaro e responderam mensagens do ex-presidente.

No mês passado, a PGR esclareceu o pedido de acesso aos dados e afirmou que o caso não envolve todos os seguidores de Bolsonaro, mas somente investigados nos atos de 8 de janeiro. (Agencia Brasil)